

---

## Editorial

---

---

A revista *The Lancet* é, provavelmente, o periódico mais prestigioso do mundo da medicina. Publicado na Inglaterra, ele é distribuído e lido no mundo inteiro, pois além de publicar artigos de ponta, seus autores são de reconhecida competência.

A partir deste número, a *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental* está autorizada a publicar artigos da *The Lancet*, em português. Iniciamos com o trabalho do Professor David Mant, do Departamento de *Health Care* da Universidade de Oxford, Inglaterra, sobre *Podem ensaios ao acaso servir de base para decisões clínicas sobre pacientes? (Can Randomized Trials inform Clinical Decisions about Individual Patients?)* escolhido por Monica Teixeira e Erney Plessmann de Camargo para figurar na seção *Observando a medicina*, uma colaboração que acreditamos ser fecunda para nossa *Revista*.

Toda a medicina, e com ela a psiquiatria, tem uma longa e rica tradição clínica, isto é, baseia-se no método clínico entendido como um conjunto de procedimentos que permite derivar conhecimentos científicos baseados em um único caso. O método clínico possui sua própria coerência interna que contrasta com a do método quantitativo. Enquanto este possui um âmbito de abrangência mais amplo obtido rapidamente, por meio de pesquisas que se utilizam de amostras estatisticamente

---

relevantes, e reconhecida superficialidade, o método clínico é profundo e sua abrangência vai se construindo lenta e gradualmente, caso a caso. Com exceção da epidemiologia, a medicina é um saber que, ao longo do tempo, vem se baseando no método clínico, já que a clínica médica é exclusivamente de casos singulares. Entretanto, nos últimos anos, devido a uma série de fatores socioeconômicos e políticos, a prática médica passou a se basear nas provas (*evidences*, em inglês) fornecidas por pesquisas quantitativas.

O artigo do Professor David Mant faz parte de um crescente número de trabalhos publicados em revistas médicas internacionais expressando preocupações a respeito do impacto da chamada medicina baseada em evidências na prática médica.

Essa preocupação, por sua vez, é uma das manifestações de um importante problema mais amplo que faz parte do mundo contemporâneo. A partir do Iluminismo, que começou a se manifestar no mundo Ocidental em meados do século XVIII, e com a elaboração do conhecimento científico, homens de saber passaram a acreditar que seria possível terminar com a subjetividade e construir um conhecimento exclusivamente objetivo. Para isso, empenham-se em elaborar um sistema de obtenção de conhecimento fundado num método livre de julgamentos de valor. Esse método, denominado ciência, tem sido de enorme valia para a formulação de leis gerais de funcionamento do mundo natural – mineral, vegetal e animal – e, mais recentemente, com a biologia molecular e a medicina baseada em evidências, pretende avançar no domínio empírico do humano, formulando leis gerais de funcionamento desse estranho e peculiar animal denominado homem. Esse método, entretanto, é sempre bom lembrar, está fundado num ousado pressuposto que se aproxima perigosamente de um julgamento de valor: o mundo de amanhã será como o de hoje. Em outras palavras, o conhecimento científico supõe um mundo regular e repetitivo sobre o qual sempre será possível formular leis que representam essas regularidades repetitivas.

Ocorre que o humano, inclusive o cientista, é subjetivo. Ora, pergunta-se, como é possível ao sujeito produzir um conhecimento objetivo, ou seja, um conhecimento que exclui, por ser subjetivo, aquele que conhece?

A resposta que recebemos dos cientistas a esta incômoda pergunta é relativamente sensata: se obedecermos às regras do método científico seremos capazes de produzir um conhecimento que coloca entre parênteses a subjetividade e o julgamento de valores.

Muito sensato, dizem os críticos da objetividade. Mas quem decide que as próprias regras do método são objetivas? A resposta, mais uma vez, é muito sensata:

são os resultados das pesquisas que permitem a formulação de leis gerais de funcionamento do mundo. É o próprio mundo percebido objetivamente que diz, em última instância, se o conhecimento científico é objetivo ou não. Isso quer dizer, em outras palavras, que o conhecimento científico deve estar submetido ao princípio da demarcação, ou seja, que seja passível de ser desmentido pela própria pesquisa científica.

Mas esse raciocínio se complica ainda mais quando o objeto do conhecimento é o próprio sujeito. Será que é possível separar sujeito e objeto, de maneira tão eficiente, que investigando-se o que é subjetivo o sujeito pode se manter objetivo?

Uma das características da subjetividade humana é exatamente essa capacidade de não se separar do que pode ser chamado de objetivo, ainda que o homem sempre tenha sido levado pela tentação da dualidade: corpo e alma, corpo e psiquismo, sujeito e objeto são sempre tratados como se fossem categorias estanques e distintas uma das outras. Mas, infelizmente, não é isso que se nota quando se observa, por exemplo, a medicina.

A subjetividade intrínseca do fenômeno humano só pode desaparecer com o desaparecimento da própria espécie. Enquanto o humano for uma espécie subjetiva, ou melhor, enquanto o humano for humano, estaremos diante de um limite intransponível do conhecimento objetivo. Melhor, então, tratá-lo como limitado reconhecendo sua utilidade dentro dos limites que lhe são próprios e que precisam ser constantemente concebidos subjetivamente, ou melhor, humanamente.